

A COPA DO MUNDO E OS JOGOS OLÍMPICOS NO PAÍS DO FUTEBOL

Kátia Rubio

Professora do Centro de Estudos Socioculturais do Movimento Humano,
da Escola de Educação Física e Esportes da USP



*O Brasil realizará pela segunda vez a Copa. Após quase um século de tentativas, finalmente sediará as Olimpíadas. Tudo confirma a sua condição de potência regional, disposta a alterar seu lugar na geopolítica internacional. Contudo, os megaeventos geram obras onerosas e de finalidade discutível quando não contam com a participação popular. Passado o momento da ilusão, a sociedade aguarda pela demonstração efetiva de um projeto que marque um momento único da história nacional. O presente texto é uma versão resumida e atualizada de artigo publicado na revista **Biblio 3W** (Barcelona), em 2010*

Nem sempre a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos foram essa imensa festa que reúne milhares de atletas e turistas de todo o planeta em país escolhido com anos de antecedência. O que se percebe desde as primeiras edições dessas competições é que todo esse processo exige um grande esforço para proporcionar as condições para sua realização, tanto do ponto de vista material como humano. Mais do que ter a oportunidade de sediar um evento que atrairá os olhares e a atenção de investidores e expectadores de todo o mundo, a cidade e o país que sediam essas competições têm sob sua responsabilidade a gerência de um evento que dura poucas

semanas e demanda anos de planejamento e execução, além de investimentos que representam mais do que o PIB de muitas nações.

Os megaeventos são tomados na atualidade como uma estratégia para reformular, reordenar e reabilitar espaços degradados da cidade. Observa-se que obras planejadas e previstas para esse fim demoram anos, se não décadas, para serem implementadas pelos trâmites habituais. Os megaeventos passaram a ser usados como o estopim para desencadear essas obras, onerosas aos cofres públicos, desestabilizadoras da ordem cotidiana (por alterar fluxo de tráfego e impedir o acesso, entre outros transtornos) e de finalidade discutível quando não contam com a participação popular. Vem daí a consideração de

Cashman (2002) que considera o envolvimento e compreensão da população como fundamental para que o evento em si possa deixar para a cidade um legado não só para os habitantes naquele momento, como para as demais gerações que poderão usufruir da infraestrutura construída para essa finalidade, isso porque a realização de uma edição dos Jogos Olímpicos pode ocorrer uma única vez na história de uma cidade, ou demorar várias décadas para voltar a acontecer.

A esse processo France & Roche (1998) dão o nome de *imaginário urbano*. Os autores afirmam que os principais instrumentos e veículos de políticas de transformação das cidades cuja imagem se encontra degradada são a criação de atrações turísticas como a realização de

“A acirrada disputa pela condição de país-sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos envolve uma grande mobilização — pública, privada, diplomática, política e popular, para sensibilizar os avaliadores da postulação”

grandes exposições artísticas e a organização de ciclos temáticos de atividades culturais ou eventos esportivos que permitam a formação de uma massa crítica. Nessa perspectiva, os três principais focos de atuação da indústria cultural contemporânea a serem explorados em associação com os interesses de gestores públicos, em ordem progressiva, seriam o turismo, a mídia (em especial a televisão) e o *franchising* da organização de eventos esportivos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. A razão de ser dessa estratégia reside na necessidade de atuações de longo prazo, como a construção ou reforma de obras de infra-estrutura, e no obrigatório envolvimento da população no que se refere à compreensão dessas obras, que geram transtorno e desconforto, mas que — sendo sua finalidade devidamente esclarecida — podem gerar forte sentimento de cidadania e de pertença à cidade restaurada.

Os processos de postulação de cidades a megaeventos esportivos re-

velam que em nenhum caso existem de antemão as condições materiais necessárias para abrigá-los. Na atualidade, qualquer cidade postulante precisa de investimentos que vão do transporte público, passando pela estrutura de hospedagem para abrigar delegações e turistas, até uma sofisticada rede de telecomunicações para proporcionar a circulação das imagens e notícias das competições, razão maior desses eventos. Isso representa para a cidade candidata, além de uma infra-estrutura mínima, a necessidade de um projeto detalhado de edificação das instalações ainda inexistentes, bem como da captação de recursos para esse fim. Como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos duram apenas pouco mais de duas semanas, é preciso considerar a preocupação com os investimentos feitos e o conseqüente aproveitamento dos equipamentos para uso posterior. Há, portanto, uma preocupação por parte do comitê avaliador das cidades candidatas, de que haja um aproveitamento por parte da comunidade local de todos os benefícios diretos da organização do evento.

Daí a coparticipação dos poderes públicos nesse processo, o que contradiz a máxima olímpica de distanciamento da política, da ideologia ou do partidarismo nacional em suas ações.

Dentro do processo de seleção das cidades postulantes são considerados critérios e tendências para avaliação da cidade, que envolvem itens como instalações poliesportivas existentes e sua adaptação; repasse das instalações para a po-

pulação; apoio da população civil; estrutura de turismo e de lazer; preocupações e ações relativas ao meio ambiente; sistema de transporte urbano, interurbano e internacional; facilidade de telecomunicações; segurança: mobilidade e evasão; raio de realização dos eventos, deslocamentos e trajeto público; alinhamento do projeto urbano com o projeto do evento. O que preocupa nessas circunstâncias é que na tentativa de alcançar esses objetivos pode-se gerar um elevado nível de gastos para o Estado e uma distorção na administração pública. Ou seja, o conceito de país-sede ou cidade olímpica não deveria ser um argumento para a busca de recursos, mas o guia para um planejamento urbano a partir dos recursos locais disponíveis.

Hoje se assiste a uma acirrada disputa pela condição de país-sede da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, situação que envolve uma grande mobilização pública, privada, diplomática, política e também popular para a sensibilização dos avaliadores da postulação. Se não existe *a priori* qualquer país ou cidade já estruturada para realizá-los, admite-se que todos os postulantes deverão realizar obras para poder se adequar às demandas do evento. Esse processo não exclui a ocorrência de conflitos por parte dos principais interessados nas obras.

Brasil & Copa. A Copa de Mundo de Futebol foi criada pelo francês Jules Rimet, em 1928, após ter assumido o comando da Federação Internacional de Futebol (FIFA), considerada a instituição mais importante do futebol mundial. É um

evento quadrienal, tanto quanto os Jogos Olímpicos, e acontece intercalado com os Jogos Olímpicos de Verão, o que gera um interstício de dois anos entre cada um dos eventos. O Brasil é o único país representado em todas as Copas do Mundo desde o início da competição.

A primeira edição ocorreu no Uruguai (1930), que utilizou as comemorações do centenário de sua independência como razão para sediar o campeonato, embora países europeus como a Itália e a Espanha contestassem essa decisão. Os efeitos da crise gerada pela quebra da bolsa de Nova Iorque favoreceram a presença de apenas quatro seleções europeias no Uruguai (França, Bélgica, Romênia e Iugoslávia), em um navio fretado pela FIFA. Isso aponta para a influência que as questões de ordem política e econômica teriam sobre o esporte ao longo de todo o século XX.

As duas edições seguintes foram realizadas na Itália (1934), já sob o regime fascista de Benito Mussolini, e na França (1938) quando a Alemanha já havia anexado a Áustria e a Europa vivia as tensões que antecederiam a Segunda Guerra Mundial. O conflito impediu a



Manifestação do MTST no "Itaquerao", em 4/4/2012...

“Tanto a Copa do Mundo de Futebol como os Jogos Olímpicos tornaram-se grandes negócios para a iniciativa privada e para o poder público, fazendo do processo de postulação e da posterior realização do evento transações econômicas de vulto”

realização da Copa do Mundo por um período de 12 anos.

O Brasil foi escolhido para sediar a IV Copa de Mundo da FIFA, em 1950, edição que permitira a retomada da competição. Diante da existência da infraestrutura básica necessária, não houve concorrência de outras nações, uma vez que a Europa passava por um processo de reconstrução. Seis cidades receberam os jogos da Copa na fase

classificatória: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro; a então capital federal, onde fora construído o maior estádio do mundo, recebeu também o jogo final, em que a seleção brasileira foi derrotada pela seleção uruguaia.

Como apontam Smit (2007) e Simson & Jennings (1992) a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos transformaram-se em *big business* para a iniciativa privada, como também para o poder público, fazendo do processo de postulação, e da posterior realização do evento, transações econômicas de vulto. Essa foi uma das razões que levou a FIFA a adotar um processo de rodízio entre os continentes para a realização da Copa. Após a realização da competição na Alemanha, país europeu, era o momento de buscar países na África e na América para sediar a competição. E assim a Copa foi realizada na África do Sul em 2010 e chegará ao Brasil em 2014, novamente sem concorrência de outras nações. Diante da falta de concorrência o processo que envolve o planejamento detalhado das cidades-sede e da infraestrutura foi colocado em segundo plano, gerando hoje toda a discussão sobre a real dimensão dos

investimentos que o Estado e a iniciativa privada terão de realizar.

Brasil & Olimpíada. A postulação olímpica tem uma trajetória um pouco distinta. A primeira tentativa brasileira de sediar os Jogos Olímpicos teve início em 1927, quando foram lançadas as postulações para os XI Jogos Olímpicos que se realizariam em 1936. Naquele momento os Jogos Olímpicos haviam deixado de ser uma aventura de excêntricos e já se mostravam como uma forma de apresentar o país que os sediava ao mundo. As cidades concorrentes foram Alexandria, Barcelona, Budapeste, Helsinque, Lausanne, Milão ou Roma e Rio de Janeiro, única cidade fora do continente europeu. A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e a conseqüente recessão vivida em escala global sem precedentes na história talvez tenham determinado os rumos da escolha da sede. A fragilidade da candidatura brasileira de 1927 reflete a desorganização e o conflito da formação do Comitê Olímpico Brasileiro, que sempre precisou do apoio estatal para sobreviver, daí a criação da Confederação Brasileira de Desportos, CBD (Rubio, 2007). A criação e legalização do Comitê Olímpico Brasileiro junto ao Comitê Olímpico Internacional, ocorrida em 1935, promoveu o cisão definitiva entre COB e CBD e sugere que a postulação do Rio de Janeiro teria como objetivo o fortalecimento desse grupo.

Foram necessários 70 anos para que o Brasil voltasse a sonhar com a condição de sede olímpica, que veio

“A candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2004 teve como apelo a vocação turística da cidade. A postulação para os Jogos de 2012, porém, seguiu outro caminho, buscando desde cedo o compromisso do poder público”

a ocorrer com a postulação de Brasília à sede dos Jogos Olímpicos de 2000. A candidatura brasileira aos Jogos Olímpicos de 2016 começou a ser construída ainda nos anos 1980. Não por acaso isso ocorreu em um momento em que se iniciava a abertura democrática no país, após mais de 20 anos de ditadura militar.

A curiosidade que envolve a postulação da cidade de Brasília é que esse foi um desejo do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Brasília foi considerada patrimônio cultural da humanidade em 1987. Fosse pela condição recente desse fato ou pelo período histórico em que ele ocorreu, o que se observa é a raridade de informações a respeito das circunstâncias e do desenrolar dessa postulação, que foi construída em 1991, pouco antes do processo de *impeachment*. Poucos são os documentos disponíveis, restando-nos os informativos que noticiaram o fato. Conforme aponta matéria do *Correio Braziliense* de 1988, a postulação de Brasília nas-

ceu da idéia de associar o aniversário de 40 anos da capital federal às comemorações dos 500 anos de descobrimento do Brasil. A idéia de ter Brasília como sede olímpica nasceu do encontro de duas pessoas ligadas a área de *marketing* esportivo do Banco do Brasil, Heleno Fonseca Lima e Márcio Contrin, patrocinador de algumas modalidades olímpicas brasileiras, representativas do início da profissionalização do esporte brasileiro.

A idéia ganhou vulto no ano seguinte com a eleição de Fernando Collor de Mello. O grande financiador desse projeto era então um dos maiores empresários da cidade, envolvido diretamente com o setor imobiliário. Reppold Filho (2007) mostrou em seu trabalho o quanto o setor imobiliário de uma cidade olímpica é mobilizado em função das obras de infra-estrutura necessárias à realização do evento. Isso faz crer que o projeto olímpico Brasília 2000, mais do que um projeto público para a cidade, significava uma aventura privada, mobilizada por interesses. Vale ressaltar que essa candidatura não contava com o apoio do COB, que já desejava lançar a cidade do Rio de Janeiro para esse fim. A cidade vencedora dessa postulação foi Sydney.

Embora a candidatura de Brasília não tenha tido sucesso, serviu para despertar o desejo de novas aventuras olímpicas por parte de outras cidades brasileiras. Assim que teve início o processo de postulação para a sede dos Jogos Olímpicos de 2004 o COB iniciou sua campanha pela cidade do Rio de

Janeiro. Vale ressaltar que nesse momento o presidente do comitê já era Carlos Arthur Nuzman, que permanece no cargo até o presente. A candidatura do Rio de Janeiro em 2004 teve como maior apelo a vocação turística da cidade, faltando à iniciativa a seriedade e o profissionalismo que sobravam às demais concorrentes.

Nesse momento da história olím-

pica, talvez mais do que em qualquer outro, a realização dos Jogos Olímpicos já era uma questão de Estado, o que fazia mobilizar o poder público e a iniciativa privada no sentido de um projeto que pudesse atender às exigências do COI que já aderira a uma idéia de Jogos sustentáveis, ou seja, a cidade candidata além de se adequar ao *check list* do COI precisa mostrar um plano de legado

e sustentabilidade para os equipamentos construídos ou reformados. Naquele momento o projeto do Rio de Janeiro estava muito longe dessa sofisticação e buscou se respaldar na emoção e na mobilização popular, sugerindo que os Jogos fossem mais uma grande festa. A cidade de Atenas foi a escolhida para essa edição olímpica, mas o sonho olímpico não se apagou do horizonte dos dirigentes do esporte brasileiro.

A postulação para os Jogos de 2012 seguiu um caminho distinto das versões anteriores, buscando desde o primeiro momento o compromisso do poder público ao longo de todo o processo. Nesse sentido abriu-se para as cidades que apresentassem condições mínimas para a realização e organização dos Jogos a possibilidade da postulação, iniciando um processo de concorrência entre elas, e desta forma, comprometendo o poder público na criação do projeto e em sua execução. Venceria aquela que apresentasse as melhores condições e o plano mais exequível. É fato que apenas as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro participaram do processo, ambas mobilizando equipes altamente competentes, com assessores já reconhecidos pelo trabalho realizado em outras edições olímpicas, como Barcelona e Sydney.

Todo esse processo ocorreu ao longo do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, responsável pela criação do primeiro Ministério do Esporte da história do país. Os governos municipais e estaduais envolvidos com a disputa mobilizaram inúmeros esforços para garantir a postulação. Ainda as-



sim, mais uma vez a escolha recaiu sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Importante ressaltar a grandiosidade dos custos que envolvem esse processo. Diante do aparato humano e material mobilizado para esse fim estima-se na casa dos milhões de dólares os custos de uma postulação. O termo “estima-se” é aqui usado em função da não publicação desses gastos por parte dos organizadores, muito embora o COI recomende transparência aos postulantes, como ocorreu com Londres, onde todas as contas estão disponibilizadas em sítios eletrônicos.

O malogro vivido com a postulação de 2012 não seria repetido. Esse foi um dos principais motivos para o empenho do COB e do Ministério do Esporte, em nome do governo federal, trabalharem pela postulação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007, passaporte para a candidatura aos Jogos de 2016. Polêmico desde o princípio, o projeto dos Jogos Pan-Americanos envolveu a construção de vários equipamentos esportivos — como um estádio, um complexo aquático, uma vila olímpica, a reforma de ginásios e várias instalações temporárias — sem um projeto de utilização posterior. Não causa estranheza que essas instalações, poucos anos depois, estejam em situação de abandono, onerando os cofres dos gestores públicos, que não previram um plano de uso.

O Brasil de 2010 é um país distante do cenário dos anos 1980. O Produto Interno Bruto (PIB) avan-

“O projeto dos Jogos Pan-Americanos envolveu a construção de vários equipamentos — estádio, complexo aquático, vila olímpica — sem um plano de utilização posterior. Poucos anos depois, eles estão em situação de abandono”

çou 8,9% entre janeiro e junho de 2010. Em valores absolutos, o PIB brasileiro somou R\$ 900,7 bilhões de abril a junho deste ano. De janeiro a março, a economia acumulou riquezas da ordem de R\$ 826,4 bilhões. De janeiro a junho, a indústria cresceu 14,2%, seguida pela agropecuária (8,6%) e pelos serviços (5,7%) (IBGE, 2010). Teriam dados como esses contribuído para a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016?

Conforme apontam De Pieri e Del Rio (2009) a vitória da cidade do Rio de Janeiro representa muito mais que tudo isso, significa a concretização de uma visão estratégica brasileira, afirmando a aproximação entre estratégia política e esporte. A vitória obtida pela atual administração reflete a política olímpico-esportiva em concordância com um acúmulo de políticas de Estado e uma visão estratégica do país no tempo.

Trazer os Jogos Olímpicos pela primeira vez para a América do Sul, a segunda na América Latina,



a terceira no hemisfério sul representa a confirmação da condição de potência regional e a afirmação de uma disposição de chamar a atenção mundial para um país que busca alterar seu lugar na geopolítica internacional (Rubio, 2010). No discurso proferido imediatamente após a promulgação da cidade vencedora, o presidente Lula declarou: “Nossa candidatura não é só nossa, mas também de toda América do Sul, de 400 milhões de habitantes, entre eles 180 milhões de jovens”. O conteúdo latente dessa mensagem busca colocar o Brasil como o catalisador dos desejos latinoamericanos de pertencimento a uma ordem de alinhamento com o desenvolvimento.

Evidente que a escolha da cidade sede depende da relação de muitas variáveis políticas e econômicas do país e da cidade postulante, bem como da ação determinada dos vários atores políticos nesse cenário. Prova dessa disposição foi a votação, pelo poder legislativo, do Ato Olímpico em setembro de 2009, documento que oferece as garantias por parte do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e que hoje

“O atual imaginário olímpico brasileiro sonha em ver o país ao lado das grandes potências não do esporte, porque afinal isso é resultado de um processo de longos anos, mas da cidadania”

... e marcha dos sem teto

são objeto de discussão, uma vez que ferem nossa soberania, revogando direitos básicos conquistados historicamente.

Os Jogos Olímpicos representam, na atualidade, muito mais do que a oportunidade de o país poder se mostrar para o mundo. Eles representam a possibilidade de gerar negócios diretos e indiretos, empregos, circulação monetária, construção de equipamentos públicos e a construção de uma identidade nacional restrita a poucos parceiros, curiosamente, quase todos eles europeus, norte-americanos e asiáticos emergentes.

Prova do investimento material e político ensejado nessa empreitada foi a presença diante dos delegados votantes do presidente

do Banco Central, Henrique Meireles, que apresentou um relatório sobre a estabilidade da economia brasileira, que naquele momento destoava da recessão vivida por grande parte dos países capitalistas; o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e o governador do Estado, Sérgio Cabral, que mostraram a convergência dos diferentes níveis de governo em torno do projeto olímpico; e o ex-presidente da FIFA João Havelange, decano do COI e conhecedor, como poucos, das mazelas relacionadas com a postulação de uma cidade a um megaevento esportivo.

Depois de quase um século de

tentativas, finalmente uma cidade brasileira sediará os Jogos Olímpicos. E sem nenhum esforço o Brasil realizará pela segunda vez a Copa do Mundo. O que se observa nesse processo é o envolvimento e a influência do poder público, em suas mais altas esferas, tanto no processo de postulação como agora em sua execução. Sabe-se que no momento da postulação a convergência de interesses favorecia o apaziguamento das diferenças e a superação de toda ordem de dificuldade, fosse ela material, ideológica ou afetiva. Porém, passado o momento da ilusão grupal a sociedade aguarda pela demonstração efetiva de um projeto que marque um momento único da história do país, de desenvolvimento sem igual, de afirmação de uma identidade nacional, da superação do alinhamento com os menos desenvolvidos, embora a desigualdade social seja ainda o limite a ser transposto.

Essas questões tão nacionais, e também tão universais, fazem parte do atual imaginário olímpico brasileiro, que sonha em ver o país ao lado das grandes potências não do esporte, porque afinal isso é resultado de um processo de longos anos, mas da cidadania.

Referências bibliográficas

- ASHMAN, R. *Sport in the national imagination*. Sydney: Walla Walla Press, 2002.
- DE PIERI, V. S. G.; DEL RÍO, J. B. S. “Brasil se consagra sede olímpica – Rio 2016: Auge de uma potência?” *Meridiano 47* n. 111, out. 2009 <<http://www.red.unb.br/index.php/MED/article/viewPDFInterstitial/514/331>> [p. 21 a 22] [20 de setembro de 2010].
- FRANCE, A.; ROCHE, M. “Sport mega-events, urban policy and youth identity: signs of citizenship and exclusion in Sheffield”. In: M. Roche (ed.) *Sport, popular culture and identity*. Aachen: Meyer & Meyer: 1998.
- REPPOLD FILHO, A. “Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social: os Jogos Olímpicos de Atlanta 1996”. In: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- RUBIO, K. “Jogos Olímpicos, política e cultura: Qual o legado de Berlim-1936?” In: K. Rubio (org.) *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- RUBIO, K. “Postulações brasileiras aos Jogos Olímpicos: considerações acerca da lenda do distanciamento entre política e Movimento Olímpico”. *Biblio 3W*. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (Barcelona). Vol. XV, nº 895, novembro de 2010.
- SMIT, B. *Invasão de campo*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2007.
- SIMSON, Y.; JENNINGS, A. *The lords of rings*. London: Simon & Schuster, 1992.